

As finanças públicas **acentuam** a desigualdade

As finanças públicas, da forma em que estão estruturadas em nosso país, reproduzem e acentuam a desigualdade social, aumentando a concentração da renda e os privilégios do capital, em detrimento de um desenvolvimento econômico que redistribua a riqueza produzida. Este é o foco da palestra do professor Carlos Eduardo Carvalho, da PUC de São Paulo, no seminário Pensando o Brasil. Para ele, a gestão das finanças públicas é palco de conflitos e de disputas, reflexo da distribuição de poder na sociedade.

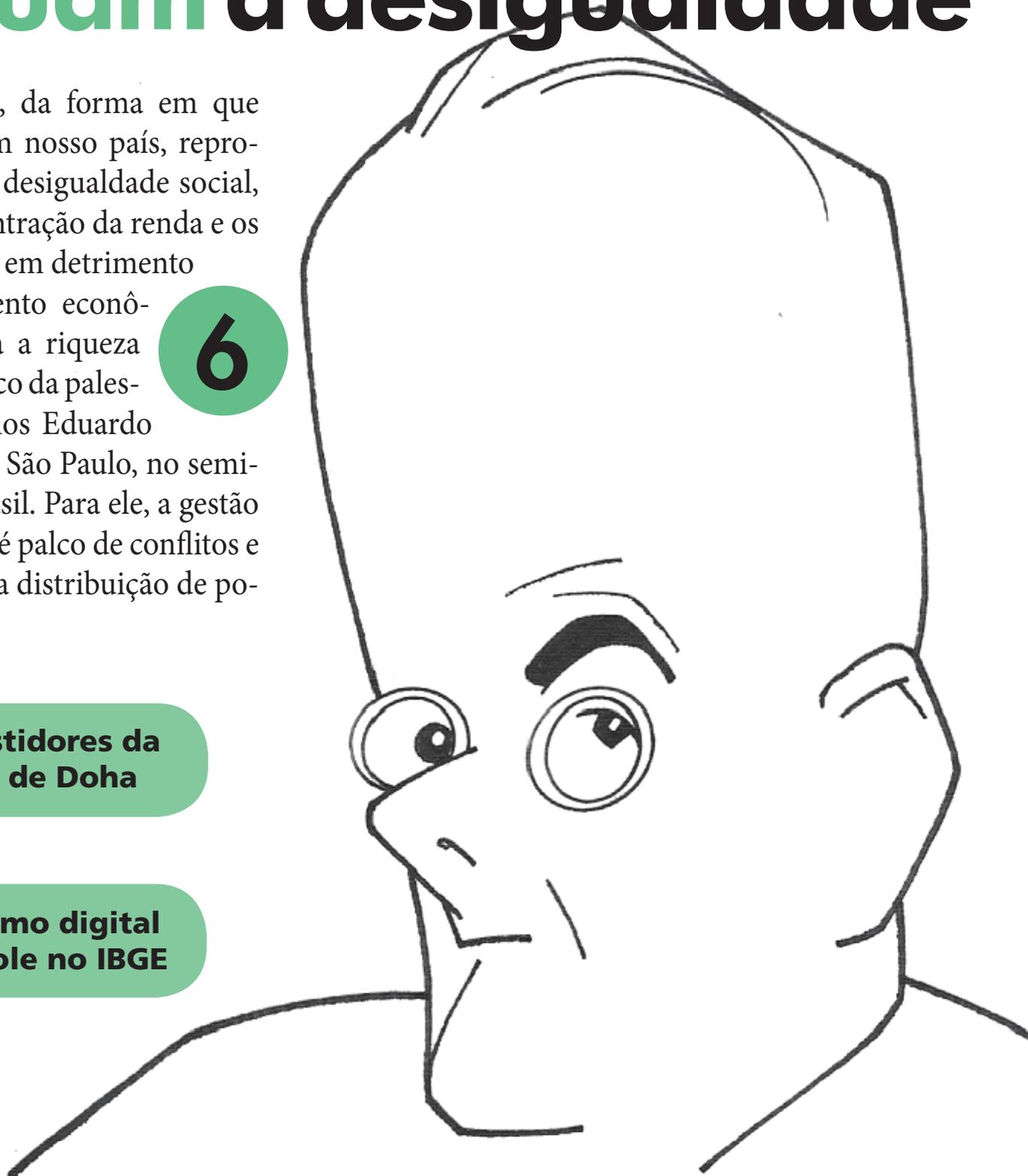
6

3

Nos bastidores da Rodada de Doha

12

Taylorismo digital e controle no IBGE



Reproduzindo as desigualdades

O processo eleitoral se consumiu, sem que as campanhas e candidatos tenham sequer tocado em temas e questões centrais da vida brasileira, nos dias de hoje. Algumas dessas questões, contudo, são abordados nesta edição do *JE*. As finanças públicas, por exemplo, apresentadas durante o seminário “Pensando o Brasil” pelo professor e economista Carlos Eduardo Carvalho, continuam sendo origem de mitos e das muitas agruras por que passa a maior parte da população brasileira. No entanto, em sua exposição, o professor foi claro e conciso a respeito da sua gestão: “Ela é necessariamente palco de conflitos, de disputa e é reflexo da distribuição de poder na sociedade”.

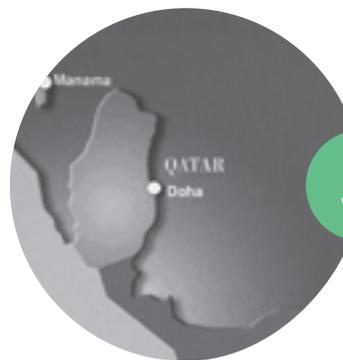
Mais do que isso. Carlos Eduardo observou que as finanças públicas, tais como estão estruturadas em nosso país, reproduzem e acentuam a desigualdade social. “A maneira como se estrutura no Brasil o uso das finanças do governo é um dos principais componentes da péssima distribuição de renda, da exclusão social e do privilégio de ganho do grande capital, em detrimento do crescimento econômico”, disse o professor da PUC-SP, na palestra cuja edição resumida é publicada neste número.

Neste *JE* publicamos, ainda, o artigo que tem por base a dissertação de mestrado vencedora do XIII Prêmio Brasil de Economia, de autoria do economista Rafael Chelles Barroso, que a defendeu no Instituto de Economia da UFRJ. Nela, ele aborda instrumentos e metodologias para projetar o crescimento econômico do país, concluindo ser necessária ousadia para conhecer e testar os limites da economia.

Um tema retomado nesta edição é o do controle da frequência e horário dos funcionários em instituições públicas federais. As novas formas e expedientes do exercício deste controle nada mais são do que um “taylorismo digital” ou neo-taylorismo, como as denomina Miguel Bruno, economista do IBGE, em artigo especial para esta edição.

Uma boa leitura.

SUMÁRIO



3

Adhemar S. Mineiro
**Crise na OMC.
Uma pausa
para reflexão**

6

Carlos Eduardo Carvalho
**As finanças públicas como
palco de disputas e conflitos**

10

Rafael Chelles Barroso
**Qual é a taxa de crescimento
para o Brasil?**

12

Miguel A. P. Bruno
**IBGE
Ponto eletrônico ou 'Taylorismo Digital'?**

15

Fórum Popular do Orçamento
**Jogos do Pan:
prefeitura liberou só um terço do orçamento**

16

**Economistas elegem novos conselheiros
Congresso da Ange será em Petrópolis**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

JE JORNAL DOS
ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Reportagem:** Rebecca Ramos • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, Ruth Espinola Soriano de Souza – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2004-2006): Carlos Henrique Ti-

birică Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Soares, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2004-2006): Angela Maria de Lemos Gelli, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibirică Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Crise na OMC

Uma pausa para reflexão

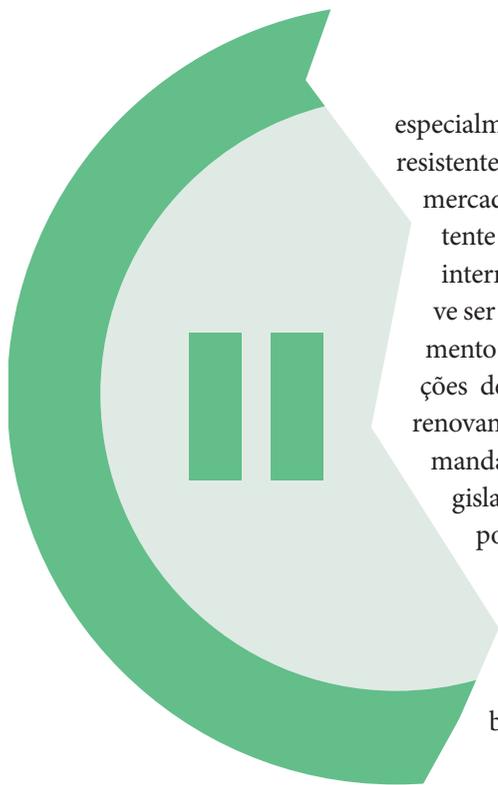
Desde o final de junho último, e apesar das tentativas, sinceras ou não, de salvação ao longo do mês de julho - aí incluída uma tentativa durante a reunião do chamado G-8, grupo dos países mais ricos do mundo e mais a Rússia, e que contou também com a participação de Brasil e Índia, entre outros, em S. Petersburgo - a chamada "Rodada de Doha" de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) entrou em crise, e travou.

■ Adhemar S. Mineiro*
Economista do DIEESE

Para os que acompanham e estudam rodadas de negociações comerciais, isto não é propriamente uma novidade, pois, desde a estruturação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), no pós-Segunda Guerra, as rodadas de negociações duram cada vez mais tempo. E a partir da constituição da OMC, formalmente funcionando desde 1º de janeiro de 1995, não se conseguiu chegar a algum acordo substancial (eventualmente se acordaram orientações para as negociações), e publicamente aconteceram rupturas do processo, como na Conferência Ministerial de Seattle, EUA, em 1999, ou na Conferência Ministerial de Cancún, México, em 2003.

As razões conjunturais para o travamento da atual rodada de negociações podem ser buscadas em quatro "nós" que se mostraram difíceis de serem desfeitos, e que deveriam ser equacionados, quase que simultaneamente, para que as discussões pudessem chegar a algum lugar: a melhoria do acesso a mercados para produtos agrícolas; a questão dos apoios internos à produção agrícola; as definições referentes a produtos especiais e salvaguardas especiais em produtos agrícolas; e questões relativas ao acesso a mercados/rebaixamento de tarifas em produtos industriais (a discussão é conhecida no jargão das negociações pela sigla em inglês NAMA, Non-Agriculture Market Access, acesso a mercados não-agrícolas).

Os dois primeiros pontos da discussão agrícola miravam



especialmente a União Européia, resistente a abrir ainda mais seus mercados, e os EUA, mais resistente à redução de seus apoios internos. No segundo caso, deve ser inclusive lembrado o momento eleitoral nos EUA (eleições de meio de mandato, que renovam parte importante dos mandatos nas duas casas do Legislativo estadunidense) e as possibilidades, dada a impopularidade do atual governo, que a oposição democrata ganhe o controle de uma ou de ambas as casas do Legislativo.

Pragmáticos e maximalistas na OMC

O chamado “acordo possível”, dados os muitos problemas e as excepcionalidades, se constituía cada vez mais em um acordo que representaria muitos riscos para os países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, mas de fato pouca ou nenhuma efetiva ampliação da liberalização comercial nos marcos da OMC. Seria apenas o acordo possível, neste momento, em parte sancionando o atual *status quo*, mas mantendo fundamentalmente a OMC como grande espaço institucional multilateral de negociação do comércio. Esse seria o caminho defendido pelo que se poderia chamar de “pragmáticos”. De outro lado, o que se poderia chamar de “maximalistas” se constituiriam daqueles que só estariam dispostos a levar adiante um acordo que representasse de fato um novo patamar de liberalização comercial, o que parece inviável neste momento pelos muitos pontos de resistência, o que os levaria a preferir ficar sem um acordo, neste momento, e buscar uma série de outros caminhos (espera de ocasião mais favorável no âmbito multilateral e opções por negociações bilaterais ou bi-regionais, entre outros).

Esse conjunto de razões conjunturais não deve, entretanto, fazer com que deixemos de levar em consideração razões estruturais para as dificuldades que envolvem a continuidade das discussões. De fato, a agregação de mais e mais pontos à agenda da discussão comercial (agricultura, serviços, investimentos, propriedade intelectual e outros), possível pela avassaladora hegemonia liberal ao longo dos anos 90, parece não ter resistido ao pragmatismo que foi sendo colocado aos poucos na agenda, desde as crises financeiras da segunda metade daqueles anos, às mudanças políticas que acabaram sendo a expressão da busca de vários países por alternativas à globalização liberal.

Assim, se no início dos 90 a percepção ideologicamente hegemônica era a de que mesmo países que tivessem perdas com a liberalização

Na questão de produtos e salvaguardas especiais em agricultura existiam resistências moderadas e dúvidas dos países líderes do G-20 (grupo de países médios e aliados, liderados por Brasil e Índia) e muitas resistências do G-33 (grupo que inclui vários países pequenos do Caribe e África, mas liderado por Indonésia e outros médios, e contando com vários países também membros do G-20, como Índia, Venezuela e Cuba, e fundamentalmente preocupado com os efeitos da liberalização sobre os pequenos agricultores).

No ponto referente à abertura em produtos industriais, principal moeda de barganha exigida pelos países capitalistas hegemônicos para fazer concessões em agricultura, havia forte resistência do chamado Grupo NAMA-11, grupo de países em desenvolvimento preocupados com as possibilidades de seu desenvolvimento industrial, e especialmente sobre eventuais efeitos de uma maior liberalização nessa área sobre seus parques industriais, on-

de esteve à frente na discussão, no período mais recente, a África do Sul (mas também composto por Argentina, Brasil, Egito, Índia, Indonésia, Filipinas e Venezuela, entre outros).

Razões do impasse

A impossibilidade de um equacionamento a contento para os principais negociadores do processo sobre esses quatro pilares se explicitou já no final de junho, com a tentativa de levar adiante uma reunião ministerial parcial (mini-ministerial), em Genebra. A partir daí, seguiram-se várias tentativas de buscar saídas para as principais questões, até a declaração aberta de impasse no processo pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, pouco antes da prevista reunião do Conselho Geral da entidade (reunião de chefes de delegação de todos os países membros), que deveria se dar nos últimos dias de julho.

As razões conjunturais do impasse envolvem ainda uma disputa não explicitada entre grupos de

comercial, no curto prazo, acabariam ganhando em eficiência, no médio e longo prazos, já ao final da década a busca era por ganhos imediatos – especialmente pelas evidências crescentes de que uma década de liberalização financeira e comercial tinham beneficiado fortemente as grandes corporações transnacionais, em seus processos de reestruturação da produção em escala mundial, mas tinham representado muitas perdas para os países mais pobres, e aumentado a clivagem entre ricos e pobres, tanto nos países capitalistas hegemônicos quanto nos demais.

Desta forma, rompeu-se de certa maneira o ambiente que tinha viabilizado o empuxo inicial dos acordos liberalizantes até o início dos anos 90. Vale apontar ainda o fato de que novos itens ganharam importância na agenda de discussões internacionais, como a complicada geopolítica do petróleo (que se relaciona também com temas como a invasão do Iraque e demais tensões no Oriente Médio e Ásia Central) e, mais recentemente, as intrincadas formas de relação política, comercial e financeira dos países hegemônicos com a entrada da China e, em menor escala, da Índia, como atores de ponta no cenário internacional.

interesse ou percepções, que, resumidamente (e com o risco que reduções podem envolver), poderiam ser caracterizados como “pragmáticos” e “maximalistas”. Aqui vale uma explicação maior para os que não acompanham de perto o processo.

Desde meados de 2004, com a tentativa de reviver o processo de negociação após o fracasso da Ministerial de Cancún, através de um documento aprovado pela reunião do Conselho Geral, de julho daquele ano, que funcionaria como um roteiro de discussões e que ficou conhecido como “Pacote de julho”, estava evidente que as pretensões aprovadas na reunião ministerial da OMC, em Doha, no Qatar, e propagadas como uma nova etapa de liberalização após o fracasso de Seattle, não teriam condições de ser levadas adiante, e teriam que ser reduzidas. Entretanto, as discussões

que se seguiram ao “Pacote de julho” começaram a apontar também que, nos prazos definidos por aquele documento (e que começaram a ser sistematicamente desrespeitados), seria impossível concluir o processo.

O movimento que acabou levando à eleição de Pascal Lamy para diretor-geral e, em seguida, a resolução da Ministerial de Hong Kong, ao final do ano passado, instalaram um processo em que aparentemente se buscava, pela ênfase em questões como tratamento especial e diferenciado para economias menores, salvaguardas e uma série de excepcionalidades, chegar a um acordo possível, que tomasse como referência especialmente os prazos dados ao Executivo dos EUA para negociar em nome daquele país.

Esses prazos estão fixados na chamada TPA, sigla para Autoriza-

ção para Promoção de Comércio, através da qual o Legislativo estadunidense dá ao Executivo orientações e prerrogativas para negociações, cabendo ao Congresso, ao final, aprovar ou rejeitar na íntegra os acordos negociados (e não discutir ponto por ponto deles), que, caso não seja prorrogada, expira em meados do próximo ano. Esses prazos, mais os prazos de tramitação do Legislativo dos EUA, indicariam que o acordo na OMC deveria ser levado à discussão no início do próximo ano, no máximo. 

* No convênio com a CUT e Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) para acompanhamento das negociações comerciais internacionais do Brasil.

que o momento da crise estrutural é o momento de discutir a própria OMC, seus princípios e funcionamento, e quem sabe até a sua existência. Por isso, talvez, a “pausa” imposta pelo impasse no processo negociador seja o momento para tentar avançar nesse rumo.

Considerado desta maneira, o impasse no processo de negociações da OMC tem muito a ser considerado como benéfico, especialmente pelas organizações sociais e redes nacionais e internacionais que denunciaram, desde o início, uma agenda de negociações comerciais que privilegiariam os interesses de grandes corporações e grandes grupos no interior dos países ligados à agenda exportadora, mas com riscos evidentes para muitos setores sociais no interior dos países.

A agricultura familiar, ameaçada pelo avanço da liberalização agrícola, e os trabalhadores industriais, com seus empregos ameaçados, também têm a comemorar. Setores no interior dos governos e setores industriais ameaçados também ganham fôlego, para seguir com suas discussões sobre o processo em curso. E a chamada “diplomacia comercial” ganha tempo, se tiver sabedoria, para repensar o processo e discutir as mudanças necessárias ao discutível sistema multilateral de comércio hoje existente.

Repensar a OMC

Essas razões deveriam levar a repensar o funcionamento e o próprio instrumento OMC. A organização foi constituída com base no princípio da liberalização progressiva, isto é, com a consideração de que a abertura crescente dos mercados era fundamentalmente benéfica ao desenvolvimento, e que este sentido geral não poderia ser questionado, apenas “graduado”, conforme sensibilidades políticas e comerciais, e que também tinham que ver com o tamanho das economias envolvidas no processo de negociação.

Assim, o rumo geral da liberalização estaria sempre dado, e as exceções abertas neste processo seriam consideradas apenas prazos requeridos para eventuais ajustes. Essa visão embute uma concepção liberal de desenvolvimento que é o que agora está sendo questionado. Assim, mantida a concepção atual prevalecente na OMC, impasses estariam dados por um largo período nos processos de negociação no interior da instituição, tanto mais quanto maior for a insistência em efetiva maior liberalização.

Uma alteração neste momento para uma instituição com características mais reguladoras do comércio internacional, com ênfase maior nos aspectos de soluções de controvérsia, e também em mais facilitação de comércio, talvez servisse para dar um maior respaldo institucional à organização, momentaneamente. De qualquer modo, deve se considerar



As finanças públicas como palco de disputas e conflitos



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

**Finanças Públicas para
o Desenvolvimento e
a Distribuição de Renda**



Qual é ou quais são as críticas centrais que podemos fazer ao estado em que se encontram as finanças públicas no Brasil? Qual o problema maior? Nós temos uma estrutura de finanças públicas que não é favorável ao desenvolvimento econômico do país. É uma estrutura voltada para perpetuar a desigualdade social e impedir a distribuição da renda e da propriedade. A maneira como se estrutura no Brasil o uso das finanças do governo é um dos principais componentes da péssima distribuição de renda, da exclusão social e do privilégio de ganho do grande capital, em detrimento do crescimento econômico.

■ Carlos Eduardo Carvalho
Economista, professor da PUC-SP

Em primeiro lugar, o que se entende por finanças públicas, que lugares elas ocupam na organização da sociedade contemporânea e de um país capitalista? Podemos dizer, de maneira simplificada, que o coração da atuação do Estado nas economias contemporâneas é uma combinação entre a política que se faz da moeda, do sistema financeiro, a política que se faz com relação ao câmbio e a política que se faz com

relação ao que se chama de política fiscal. Esta área específica que se denomina de política fiscal é o coração das finanças públicas. O debate na imprensa a respeito das finanças públicas, normalmente é reduzido a um ou outro aspecto da questão da política fiscal, separado de um conjunto maior da política econômica e das finanças públicas.

Um exemplo é quando o Banco Central resolve aumentar a taxa de juros. É uma decisão evidentemente de política monetária. Porém, essa decisão do BC incide diretamente sobre a dívida pública, porque essa taxa de juros que o BC pratica e que é um instrumento essencial da política monetária vai determinar quanto o Tesouro Nacional vai pagar pelos títulos da dívida pública. Se a taxa de juros sobe, o custo que o TN carrega é muito maior. Quando isto é apresentado em público, esse aspecto é tratado como uma questão menor, consequência desagradável, na qual o BC nada pode fazer.

O conceito de finanças públicas

Estamos falando aqui de dois entes do Estado: BC e o TN. Na organização institucional contemporânea do Estado e da economia, esses dois entes são separados nitidamente. São entidades de direito público bastante distintas e não estão subordinadas uma a outra. Contudo, na prática, esses dois entes passam a ter uma divisão hierárquica muito nítida porque se dá ao BC um direito de prevalecer sobre o Tesouro. Ele passa a ter o direito de fazer a política que ele quer, independentemente do que venha a acontecer com o Tesouro Nacional. Por isso, ele fixa a taxa de juros a partir das considerações que faz e o Tesouro simplesmente paga a conta. Em-

bora sejam duas entidades do Estado, hierarquicamente distintas, na prática o BC impõe ao Tesouro o custo daquilo que ele faz.

Classicamente falando, a estrutura institucional consagrada durante o século XX, no Ocidente, separa ao TN as questões que são estritamente parte da políti-

ca fiscal. Ele cuida da arrecadação de impostos, contribuições e toda a receita fiscal do Estado é de responsabilidade do Tesouro. Ele programa e cuida do gasto público; repassa o recurso aos ministérios, autarquias, estados, municípios, tudo aquilo que constitui o que normalmen-

te se chama de política fiscal. Esse é o coração das finanças públicas; é aquilo que é apresentado normalmente como sendo a exclusividade das finanças públicas. O Tesouro Nacional, então, é, em certo sentido, uma espécie de “caixa do Estado”.

Essa definição é pequena, restrita, no sentido de que outra parte importante do que se chama de finanças públicas está fora da autoridade direta do TN, e que em geral subordina o Tesouro. O BC, ao traçar a sua taxa de juros, afeta o gasto que o TN

As disputas pelas finanças públicas

Existem três demandas fundamentais colocadas sobre as finanças públicas. Existem terrenos de conflitos aos quais as finanças públicas respondem, e que interferem na maneira como elas se organizam. Há uma demanda que é, talvez, a mais visível para a sociedade: a de natureza social, o princípio de que o cidadão tem o direito à proteção, não deve ser abandonado na velhice e na doença, deixado à mercê das chamadas “forças de mercado”. Uma outra é que o Estado deve assegurar a igualdade de oportunidade. Ou seja, quem nasce mais rico ou mais pobre deve ter direito igual à educação e saúde pública. E há demandas de que o Estado deve apoiar o crescimento da economia, o investimento produtivo, o aprimoramento das técnicas de produção, da investigação científica, de uma política de emprego etc.

Uma demanda normalmente ocultada é o papel das finanças públicas na chamada “gestão da política macroeconômica”. O Estado, ao fazer a condução da política macroeconômica, é chamado a exercer em vários momentos um papel de moderador, de indutor, de socorro, no caso de ameaças de crises, de instabilidade, como no grande rombo do BB, em 1995, coberto pelo TN e que se originou no socorro à agricultura, que sofreu golpe tremendo com as circunstâncias em que se fez o Plano Real. O BB quebrou, e o TN teve que cobrir.

Essas três áreas – as demandas de natureza social, as de interferência no sistema econômico e as ligadas à gestão da política macroeconômica – constituem um terreno de disputa permanente em cima das finanças públicas. E justamente essa disputa é o que dá à dinâmica das finanças públicas toda a sua complexidade, o seu vínculo com o conflito político. O que se notabiliza no caso brasileiro, olhando esses três conflitos?

Temos algumas características da organização das finanças públicas que são muito marcantes. Somos um país com uma carga tributária muito alta, o Brasil tem uma carga tributária que é em torno de 36% do PIB, que é elevado. A maior parte dos países com os quais nos comparamos, em desenvolvimento médio, em geral tem cargas tributárias menores que o Brasil. O Estado brasileiro já é grande no sentido da carga tributária, da quantidade de recursos que o Estado retira da sociedade e devolve. Além disso, a estrutura tributária brasileira é profundamente regressiva. Isto é, a maneira como o Estado arrecada seus tributos é um elemento forte da desigualdade e da perpetuação dela.



terá com a dívida pública. Então, essa questão da fixação de juros que é classicamente de política monetária está colocada dentro do tema de finanças públicas. A política cambial também afeta porque o governo, no caso brasileiro, sempre teve um papel de intervir na economia diante dos problemas do câmbio. Estamos, portanto, introduzindo um outro assunto que afeta as finanças públicas.

Existe uma idéia difundida

na sociedade e que é introduzida de maneira bastante freqüente: a dívida pública brasileira é o resultado de despesas excessivas do Estado em relação às suas receitas. Costuma-se dizer que o Estado gasta mais do que arrecada, portanto, forma uma dívida. Essa definição restringe a questão da dívida pública e a delimita a uma questão estritamente de política fiscal.

Ora, se olharmos o que acon-

teceu com a dívida pública desde o início do Plano Real, em 1994, vamos ver que o Plano Real começou com uma dívida líquida no setor público na ordem de 30% do PIB, e ficou assim até 1997. Daí até a desvalorização cambial, em 1999, a dívida saiu de 30% do PIB, aproximadamente, para 34%, 38% e até a 55% do PIB. Subiu quase 100%, em um intervalo muito curto. Esse salto da dívida pública foi o custo que o TN foi obrigado a pagar pela política de proteção aos bancos, aos grandes rentistas do país, que tinham seu dinheiro aplicado em títulos com correção cambial.

Fundamento da democracia

Logo, a questão que chamamos de finanças públicas vai além daquilo que se entende estritamente por competência da política fiscal, e se interpenetra com as políticas monetária e cambial. O conceito de finanças públicas invade a área da política monetária, cambial e de certo sentido unifica este conjunto de processos em uma dinâmica que na verdade é única, embora de fato seja segmentada em políticas distintas que muitas vezes se afastam, mas que no limite acabam se unificando no âmbito

Como se tributa

Podemos dividir a estrutura tributária, de forma simplificada, em dois grandes blocos de tributos: os diretos e indiretos, e tem tradicionalmente as tributações sobre a riqueza, o patrimônio. A tributação indireta é aquela que incide no preço dos produtos, é o caso do tributo de valor adicionado. No caso brasileiro é o ICMS, IPI, PIS/PASEP, que incidem sobre aquilo que todos pagam. E pagam a mesma coisa, não importa se ganha muito ou pouco porque o que ele paga de imposto por usar um ônibus ou um litro de gasolina é a mesma coisa. A tributação direta é aquela que incide sobre o indivíduo, paga pela renda que recebe.

Esta distinção entre tributação direta e indireta classicamente é associada a dois tipos de interesses da política tributária. Um país que privilegia a tributação indireta, caso do Brasil e da maior parte dos países da América Latina, privilegia uma estrutura de tributação que consagra a divisão de renda existente e, num certo sentido, agrava a divisão de renda, já que as pessoas de baixa renda gastam quase todo o rendimento com consumo. Es-

ta estrutura, baseada na tributação indireta, consagra essa distribuição de renda injusta, porque pega o cidadão de renda mais baixa e o nivela às pessoas mais ricas.

Já a tributação direta é classicamente associada à idéia de uma política distributiva, porque se trata de tributar mais fortemente a renda mais alta, tirar mais de quem ganha mais para financiar uma política de distribuição de renda. Princípio que está imposto, o de que o sujeito que ganha muito ou a empresa que tem muito lucro está se beneficiando de uma série de instrumentos, riquezas da sociedade que foram constituídas pelo gasto público da própria sociedade. O outro princípio é de que deve o Estado atuar para corrigir as desigualdades sociais e impedir que elas se tornem um fator de divisão da sociedade.

Os países desenvolvidos da Europa, EUA, Japão, reconheceram no passado, de diferentes formas, que não é possível uma sociedade acentuar mais as desigualdades, a menos que queira correr sério risco de rupturas políticas e sociais. No caso do Brasil, a nossa estrutura tributária é o oposto: dentro da carga de 35%, 36% do PIB, a metade disso é formada por tributação indireta. E o principal tributo direto brasileiro, que é o Imposto de Renda, incide muito fortemente na renda média, e não sobre as camadas de renda mais alta. Ou seja, é injusto, voltado para manter, acentuar e reproduzir essa desigualdade.



das finanças públicas. Esse é o pano de fundo para a discussão que precisamos fazer a respeito das finanças públicas no Brasil.

As finanças públicas constituem um dos itens fundamentais para a formação da sociedade democrática. A capacidade de controlar o Estado, de estabelecer como ele arrecada, gasta e

financia é uma questão fundamental da democracia contemporânea. É considerada um dos marcos fundadores da civilização ocidental. Se é questão tão central, por que é tratada de forma tão segmentada?

A resposta é relativamente simples: porque justamente a amplitude de como a questão se reves-

te faz com que todos os conflitos políticos da sociedade estejam referidos a ela e que ela reflita todos os conflitos políticos da sociedade. Essa é uma idéia fundamental, muitas vezes esquecida no debate atual. A política fiscal é condicionada, é parte dos principais conflitos de interesses da política econômica, da vida de uma socie-

dade democrática. Portanto, estou convencido que não existe política fiscal, gestão das finanças públicas que seja neutra. Ela é necessariamente palco de conflitos, de disputa e é reflexo da distribuição de poder na sociedade, na maneira como os grupos sociais conseguem se agrupar para garantir o funcionamento da sociedade. 

Transparência do gasto público

Temos no gasto público um terreno de enorme dificuldade de compreensão do que acontece no Brasil, pois existe evidentemente um enorme gasto provocado pelos juros, mas o gasto corrente do governo brasileiro é alto e não atende às necessidades do cidadão, que não sabe exatamente o que acontece com esse gasto.

O Brasil tem uma estrutura tributária grande, uma dimensão de finanças públicas grande, mas que é regressiva e não chega à necessidade da sociedade. A estrutura tributária brasileira é igualmente injusta e ruim. Não é simplesmente a questão de ter impostos em excesso, o que é um mito. O problema da pequena empresa é que a tributação brasileira incide muito forte sobre o lucro da empresa, penaliza a empresa e não o proprietário. O princípio que se consagrou no Ocidente é tributar o acionista do negócio, e não o negócio. Deve ser induzir a empresa a reinvestir os seus lucros no próprio negócio.

Na gestão macroeconômica, que é o manejo da política econômica, temos um problema peculiar: o fato de que o nosso Estado, o setor público consegue fazer isso muito bem, inteiramente à revelia do controle democrático da sociedade. Quero dizer com isso que aqueles que dizem que o Estado brasileiro é atrasado, ineficiente, isso é um mito! O BC do Brasil é um dos mais modernos do mundo, a estrutura de arrecadação de impostos do Brasil é uma das mais modernas, só que ela é feita com determinados propósitos de execução de política econômica. O BC do Brasil organizou o salvamento dos grandes bancos, das grandes empresas, na crise cambial de 1999, de maneira magistral, e transferiu o custo para a sociedade e para dentro do Tesouro Nacional. A carga tributária é alta e o superávit primário é para pagar o custo do preju-

ízo. Então, nesse sentido da gestão da macroeconomia, o Estado brasileiro é hábil para fazer essa gestão e, infelizmente, faz isso desviando uma massa de dinheiro muito grande para o atendimento do grande capital, em detrimento dos pequenos negócios e das classes médias e dos cidadãos de baixa renda.

Não há fórmula técnica isenta. Qualquer formulação técnica nessa área vai contemplar certos setores. O que deveriam ser idéias fundamentais para mudar isso? A primeira é disciplinar o BC e baixar a taxa de juros, para reduzir o gasto com a dívida pública; e disciplinar o BC para submetê-lo ao conjunto dos interesses da sociedade. Outra é arrumar a estrutura tributária brasileira, tributar mais as altas rendas e aliviar a que incide sobre a baixa renda e os pequenos e médios negócios, o que requer rever a legislação do IR.

Uma terceira é desonerar a produção e a renda, cobrar menos da empresa produtiva que emprega e aumentar a tributação das rendas mais alta e não da classe média. E a fiscalização e punição. Sonegar IR deve ser crime inafiançável, crime contra a sociedade. Por fim, transparência e participação social. O Brasil tem que aumentar a transparência sobre o gasto público, sobre como o dinheiro público é gasto.



Qual é a taxa de crescimento para o Brasil?

O artigo a seguir resume, de forma contextualizada na política monetária corrente, tópicos abordados na dissertação de mestrado **Ensaio sobre o Produto Potencial, Contabilidade do Crescimento e Desenvolvimento Econômico**, premiada no XIII Prêmio Brasil de Economia, promovido pelo Conselho Federal de Economia e defendida no Instituto de Economia da UFRJ, tendo como orientadores Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza.

■ Rafael Chelles Barroso
Economista

O Brasil iniciou, em meados de 2005, um movimento de flexibilização da política monetária, que já reduziu a taxa de juros em cinco pontos percentuais. A medida que esse processo avança, e não se vislumbra ao mesmo tempo choques de qualquer natureza no horizonte de curto prazo, cada vez mais a atenção dos analistas se torna para o balanço entre oferta e demanda, como fonte de pressões inflacionárias. Estas, por sua vez são identificadas através do hiato do produto, a diferença entre o produto potencial e o produto efetivo.

O hiato do produto e o produto potencial são os principais instrumentos que os economistas dispõem para avaliar tal pressão e, portanto, são usadas com frequência em relatórios, análises e pelo próprio Banco Central. Porém, o que é pouco divulgado é que o PIB potencial não é uma estimativa pontual e precisa. Muito pelo contrário, ele é um cálculo envolto de incertezas.

As estimativas para o PIB potencial do Brasil variam de acordo

com a metodologia e as hipóteses adotadas. Por exemplo, quando o método adotado é o filtro Hodrick-Prescott para o intervalo 1980-2004, a estimativa obtida é 2,34%. Ou seja, o Brasil, não pode manter, de forma sustentada, um ritmo de crescimento da economia acima de 2,3%, ao ano.

Já quando se utiliza o método da função de produção, a estimativa do produto potencial varia de acordo com as hipóteses acerca da taxa de investimento, do crescimento da produtividade, da taxa de crescimento da força de trabalho, da taxa de depreciação adotada, das parcelas do capital e do trabalho na renda nacional e também por conta da NAIRU (Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment) e da NAICU (Non-Accelerating Inflation Rate of Capacity Utilization).

No exercício realizado na dissertação premiada pelo Prêmio Brasil de Economia, assumindo três cenários com base em diferentes hipóteses de taxa de investimento e crescimento da produtividade e variando depois a taxa de depreciação, obtêm-se taxas de crescimento do PIB Potencial que variam de 1,74% até 6,42%, ao ano.

Além disso, algumas questões conceituais acerca da metodologia do cálculo senão solapam a utilização do mesmo, com certeza nos obrigam a relativizar, muito, esse cálculo. Em primeiro lugar, os cál-

culos de produto potencial consideram todos os insumos como sendo homogêneos, ou seja, o capital adicionado hoje ou há 20 anos atrás influi da mesma maneira no cálculo. O mesmo acontece com o fator trabalho: trabalhadores qualificados e não-qualificados contribuem da mesma maneira para o aumento do produto.

Um segundo problema metodológico é como tratar o progresso técnico. Na abordagem tradicional da função de produção, o progresso técnico é tudo aquilo que não pode ser atribuído à acumulação dos demais fatores. É o que costumeiramente se refere como “maná dos céus”, porque não se pode explicar nem modelar as suas origens e efeitos.

Dois exercícios

Na referida dissertação, foram feitos dois exercícios com vistas a incorporar na metodologia do cálculo modificações que, ao menos, atenuassem esse problema. No primeiro, se estimou a PTF de maneira distinta, chamada aqui de PTF *vintage*, levando-se em conta que parte do progresso técnico é endógeno, ou seja, está incorporado nas máquinas e nos trabalhadores, e parte é exógeno, o efeito não foi de grande magnitude. A taxa de crescimento do produto potencial se ampliou em apenas 0,1%.

Já no segundo exercício, o efeito foi mais proeminente. Neste, modificou-se a contribuição dos fatores de produção para se levar em conta a sua heterogeneidade. Assim, épocas onde a escolaridade do trabalhador aumenta apresentam maior contribuição do fator trabalho, mantida constante a taxa de crescimento da força de trabalho. O mesmo foi feito para o estoque de capital. Em épocas onde a taxa de investimento está crescendo e, por conseguinte, a idade média do capital

gicas e das hipóteses adotadas em cada estudo, é ter em mente uma questão mais ampla acerca da aplicabilidade desses cálculos à economia brasileira, levando-se em conta que a maioria dos modelos para o cálculo do produto potencial utiliza-se da trajetória passada da economia, para construir o potencial futuro de crescimento. Isto é, eles



está baixando, a contribuição do capital deve ser maior. Isso porque, supõe-se que a tecnologia não é um conceito abstrato e está incorporada às máquinas. Dessa maneira, máquinas mais novas trazem embutidas novas tecnologias que são mais produtivas e, portanto, dão contribuição maior ao produto do que as máquinas mais antigas.

Neste exercício, então, obteve-se uma taxa de crescimento do produto potencial 0,2 ponto percentual acima da obtida pelo método tradicional, sendo que, no período entre 1977 e 1986, essa diferença chega a ser de meio ponto percentual. O hiato do produto também se amplia, passando de 6,9% do potencial em média para 10,7% do PIB.

Igualmente importante, ademais dessas questões metodoló-

partem da hipótese de que se pode inferir o comportamento futuro da economia brasileira, a partir do seu desempenho progressivo. Devemos nos perguntar também o quão informativo é a nossa história de ciclos econômicos, a respeito de pressões inflacionárias causadas exclusivamente por desequilíbrios entre oferta e demanda.

Últimas duas décadas

Tal hipótese não seria um grande problema, se esse passado da economia, notadamente as décadas de 1980 e 1990, fosse informativo sobre o comportamento da economia no momento atual. Grosso modo, todos esses modelos seriam mais relevantes e úteis se os ciclos da economia na década de 1980 e 1990 tivessem sido ditados por descompassos entre oferta e demanda.

Porém, como se sabe, as quedas do nível de atividade nessas duas décadas, em raros momentos, foram reflexos de apertos monetá-

rios decorrentes de um superaquecimento da demanda; e mesmo nos momentos onde o desbalanço entre oferta e demanda poderia gerar pressões inflacionárias, esse fator não foi o único determinante da reversão do momento de crescimento econômico.

Mesmo nos momentos onde as pressões de demanda tiveram um papel mais relevante, ainda assim elas não foram as únicas determinantes da inflação. No período Pós-Plano Cruzado, por exemplo, muitos setores que foram pegos no contrapé pelo congelamento reduziram a quantidade ofertada, uma vez que ao preço tabelado sua atividade não era lucrativa. Isso foi especialmente importante no caso dos produtores agrícolas, onde a diferença entre os preços na safra e entressafra é significativa e naquela época o era em proporções maiores do que atualmente.

O período que coincide com o início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique foi o segundo e último momento, durante as décadas de 1980 e 1990, onde se verificou um forte aumento da demanda, que poderia gerar pressões inflacionárias. De fato, o governo tomou algumas medidas para restringir o crédito, porém, o aumento dos juros decretado não foi única e exclusivamente para deter o consumo, mas também e primordialmente para defender a paridade da taxa de câmbio, posta em dúvida pela crise mexicana.

Brasil não é exceção

O uso desses métodos, portanto, tem que ser relativizado, pois, a última vez em que os limites do crescimento pelo lado da oferta foram testados na prática, o que logicamente permitiria usá-los como um bom guia para o futuro, foi na década de 1970. A famigerada taxa de crescimento do PIB Potencial de 3% a 3,5% é, portanto, a ta-

xa que a economia brasileira pode se expandir, se o cenário futuro for de mera repetição dos problemas enfrentados no passado.

Caso se acredite que muitos desses problemas já foram resolvidos ou se encontram, ao menos de certa forma, encaminhados, a perspectiva é de um cenário qualitativamente distinto e mais promissor. Logo, há razões para se supor que em tal cenário, uma taxa de crescimento do PIB potencial de 3% estaria subestimando o real potencial da economia.

Por último, a experiência internacional também nos mostra que o Brasil não é uma exceção, quando se trata de variabilidade das estimativas da taxa de crescimento do produto potencial. Estudo realizado pelo FMI (Cerra & Saxena, 2000) aplicou diversas metodologias de cálculo do produto potencial à economia da Suécia, notavelmente mais estável que a brasileira, e encontrou estimativas que variavam de 0,9% ao ano até 4,2%.

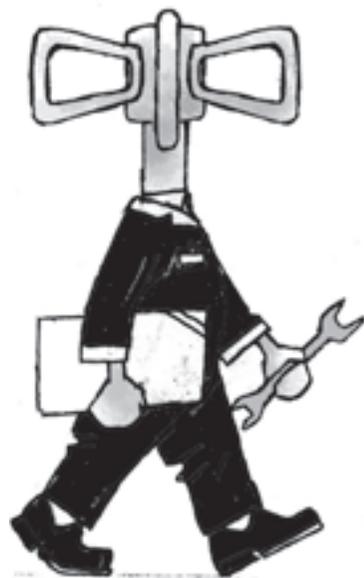
Espera-se ter demonstrado aqui a gravidade de se pautar decisões de política monetária apenas em cálculos de produto potencial e hiato do produto, devido às incertezas inerentes ao cálculo. Tampouco, defende-se uma macroeconomia que ignore o lado da oferta ou que acredite que pressões inflacionárias de demanda não ocorrem em cenários de capacidade ociosa, apelidada por uns de macroeconomia do “pau na máquina”. Entende-se que a economia brasileira não possui um histórico para inferência, o que se soma aos demais problemas e que, portanto, os formuladores de política econômica terão que ter uma dose de ousadia para descobrir, na prática, os reais limites da econo-

* A versão eletrônica da mesma pode ser obtida nos sites do COFECON e do CORECON-RJ, ou ainda através do e-mail: rcbarroso@gmail.com .

Do ponto de vista gerencial e considerando-se as características das atividades desenvolvidas pelo IBGE e pela ENCE, penso que o controle eletrônico de ponto nesta instituição deve ser considerado um retrocesso, uma espécie de “taylorismo digital” ou neo-taylorismo. Só faria sentido em organizações voltadas prioritariamente para o atendimento direto ao público (hospitais, postos de saúde e de atendimento da burocracia governamental etc.) ou em empresas do setor produtivo-industrial. Mesmo neste último caso, há muita discussão no âmbito da economia, da sociologia do trabalho e da própria administração, quando a questão é abordada sob a ótica dos paradigmas tecnológicos e das novas relações de trabalho que possibilitam.

IBGE

Ponto eletrônico ou ‘taylorismo digital’?



■ Miguel A. P. Bruno
Economista do IBGE

Em um sistema de produção baseado nas novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), que permitem justamente flexibilizar os processos de produção e de trabalho, o controle deve ser efetuado principalmente por resultados. A frequência conta menos do que os resultados alcançados por funcionário ou equipe (e isto é particularmente muito claro para nós, na ENCE, em razão da avaliação da Capes). O “taylorismo digital” constitui uma das modalidades do neotaylorismo que, em sua origem histórica, foi desenvolvido para controlar o tempo de trabalho dos operários, para extrair-lhes o máximo de excedente econômico com o menor custo para a organização.

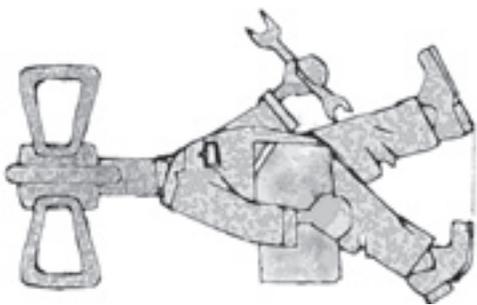
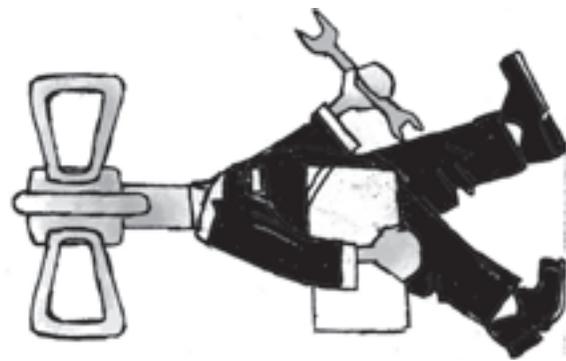
Preocupações com a liberdade de criar, com o estresse ou a saúde do trabalhador não são levadas em conta. Todavia, essas práticas gerenciais adaptavam-se às características das antigas bases técnicas produtivas fordistas (taylorismo + mecanização) baseadas em tecnologias não flexíveis e respondiam às exigências de ganhos crescentes de produtividade daquela época. Consequentemente, o ponto eletrônico modifica apenas a forma, mas não o conteúdo e a lógica da gestão tipicamente taylorista do tempo e do processo de trabalho. O relógio de ponto é simplesmente substituído pelo digital. Futuramente, talvez até o final deste século, o chefe imediato poderá ser substituído por um robô ou “androide”, devidamente programado para controlar a equipe de funcionários, mas a natureza da gestão tayloriano-fordista permanecerá.

Seis questões

Quando transpomos essa perspectiva para o âmbito do IBGE, várias questões surgem, mas aqui listarei apenas seis delas.

1 O salário é também um fator de incitação ao trabalho, não apenas o controle de frequência. Neste sentido, a teoria econômica moderna já reconhece o papel fundamental do chamado “salário de eficiência”, ou seja, a remunera-

ção adequada ou necessária para fazer o trabalhador “vestir a camisa” da empresa. Dada uma taxa de salário estagnada (como é o caso nesta instituição governamental de serviços) e onde os ganhos de produtividade não podem ser mensurados como no setor industrial, o mero cumprimento de uma jornada de 8 horas não assegura jamais a melhoria de qualidade e quantidade dos serviços prestados pela instituição. O controle eletrônico de frequência tenderá a reduzir o “vôo externo” (de alguns servidores), mas não o “vôo interno”. Para reduzir este último, seria necessária uma aplicação completa da agenda taylorista no IBGE: a mobilização de gerentes-capatazes sempre dispostos a reprimir e punir os morosos, os dispersos e que furtam sorrateiramente a jornada de trabalho de 8 horas fixada pelo governo. O curioso é que os servidores DAS 4, 5 e 6 ficam fora do controle, o que denota discriminação direta com o pessoal do assim chamado “chão de fábrica”. Estes devem ser enquadrados no taylorismo digital. Como se trata obviamente de taylorismo, a alta burocracia cuidou muito bem para autoexcluir-se e preservar sua liberdade de ir e vir sem maiores constrangimentos. Por outro lado, os níveis DAS1, 2 e 3 foram incluídos porque como são os que efetivamente convivem no dia a dia com os funcionários do “chão de



fábrica”, o seu não enquadramento criaria imediatamente problemas de gestão de pessoal.

2. Não foi realizado um estudo prévio sobre as especificidades dos processos de trabalho desenvolvidos no IBGE e na própria ENCE, levando-se em conta as particularidades, vantagens e limites das NTIC, no que concerne à gestão de pessoal e à própria produção dos serviços prestados. Uma atividade que há 20 anos exigia horas ou dias para ser executada, pode atualmente ser implementada em minutos, com os recursos de informática. Considerando-se uma jornada de trabalho institucionalmente rígida, e agora tayloristicamente controlada, mas sob condições de remuneração praticamente imutáveis, a exploração do trabalho dos funcionários terá lugar mediante o que se denomina “aumento da intensidade do trabalho”. Um exemplo claro da falta de uma compreensão mais qualificada do novo paradigma tecnológico disponível e de suas implicações para o IBGE pôde ser observado ao final da greve dos servidores, em 2005. Os grevistas foram premidos a “pagarem” as horas de paralisação, permanecendo por tempos extras à



jornada de 8 horas ou compensando aos sábados. Todavia, muitos apenas cumpriram formalmente a obrigatoriedade da presença extra, sem que isto significasse na prática um excedente de trabalho ou de resultados concretos para a instituição (provavelmente aumentando os gastos de energia e telefone do IBGE). Em outros termos, em sua grande maioria, os servidores simplesmente ficaram mais tempo “presos” na instituição sem terem o que efetivamente fazer de produtivo, porque as NTIC são muito mais produtivas do que as tecnologias anteriores e fazem muito mais com muito menos tempo de trabalho. Uma gestão mais realista, e mais consciente do potencial das NTIC, conclamará as chefias para listar as pesquisas e trabalhos atrasados em razão da greve. Em seguida, fixaria prazos objetivos para os servidores grevistas concluírem essas atividades, não havendo necessidade nenhuma de compensações formais e estéreis do ponto de vista produtivo.

3. As novas bases técnicas proporcionadas pelas NTIC possuem aplicabilidade multissetorial, com os microcomputadores podendo operar de qualquer lugar, incluindo nossos lares. O atual paradigma tecnológico tem, portanto, possibilitado a realização de trabalhos fora do âmbito das organizações, inclusive com qualidade igual ou superior às realizadas sob o controle imediato ou a presença física do gerente. Basta um computador, os softwares e as bases de dados. Embora não institucionalizado no IBGE, sabe-se pelo convívio com os colegas, tanto da ENCE quanto de outras unidades, que já é freqüente a realização de trabalhos nos lares dos funcionários. Para muitos, levar trabalho para casa virou mesmo rotina. Sobre tudo, quando há problemas na re-

de para acessar os dados que precisamos para trabalhar. Todavia, esta atividade institucional (já que se refere a serviços da instituição), mas extra organizacional (porque se realiza fora da mesma), não é computada como tempo de trabalho, apesar de se incorporar aos resultados do IBGE. É uma atividade não-remunerada, que permite ao governo ganhos extras de produtividade com custo zero, mas sem que isto nos reverta em ganhos salariais concretos.

4. Parece-me que o controle rígido das nossas viagens, inclusive, quando não implicam em ônus para a instituição – conforme relatados nos e-mails de colegas – são sintomas claros de preocupações administrativas que se inscrevem numa gestão neotaylorista das relações de trabalho. Enquanto tais, não contribuem em nada para a melhoria das atividades desenvolvidas na instituição, embora possam satisfazer concepções autoritárias e centralizadoras de gestão.

5. A necessidade de coibir os “abusos” de funcionários que desaparecem da instituição quando deveriam estar presentes não justifica o retorno às práticas tayloristas, numa época em que o paradigma tecnológico é pós-fordista. Existem alternativas gerenciais mais criativas, que impediriam que todo o coletivo de trabalhadores pague por condutas irregulares de alguns colegas.

6. Outra questão relevante e que não está sendo considerada refere-se aos custos implícitos no funcionamento do “novo-antigo” sistema de controle taylorista de ponto: os servidores certamente passarão boa parte do tempo de trabalho, envolvidos com expedientes burocráticos de justificativas de entradas e saídas, fora do

intervalo de 8 horas. Outros custos não poderiam nem mesmo ser expressos monetariamente, como o estresse causado pela preocupação adicional de evitar descontos indesejáveis em folha de pagamento. Numa gestão moderna adaptada às novas tecnologias, a preocupação vital para a organização deve estar centrada nos resultados esperados do processo de trabalho. A mera presença física do servidor não garante nem é mais pré-condição, imprescindível à execução em qualidade e quantidade necessária dos produtos e serviços que deve executar.

O controle de ponto eletrônico não deve ser apreendido como algo trivial, dotado de racionalidade óbvia, que se justifica por si mesmo, sendo simplesmente necessário a uma instituição “moderna”, que precisa dar o “bom exemplo” de gestão de pessoal e coibir os abusos no setor público brasileiro.

No contexto de uma atividade de serviço como a desenvolvida pela ENCE e pelo IBGE, a gestão digital da freqüência deveria ser objeto de uma ampla e profunda discussão com o pessoal mais afetado e que faz efetivamente o IBGE funcionar para a sociedade. Mas, lamentavelmente, a prática da gestão no setor público brasileiro tem permanecido alheia às implicações do novo paradigma tecnológico e às necessidades materiais e humanas dos servidores. Haja vista a contenção salarial brutal e incompatível com uma administração moderna de pessoal. Consequentemente, penso que corremos o risco de sermos modernos apenas em tecnologia, pois continuaremos arcaicos ou anacrônicos nas relações de trabalho necessárias para utilizá-la. 

* Professor e Doutor em Economia pela EHESS de Paris e IE/UFRJ.

Sonho
realizado em
1 minuto?

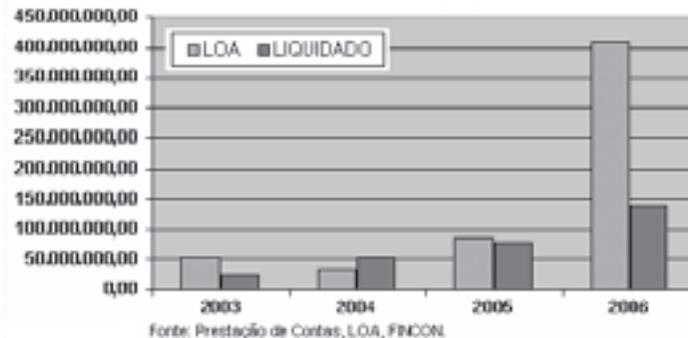
Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Jogos do Pan

Prefeitura liberou só um terço do orçamento

Faltando aproximadamente 10 meses para o início dos Jogos Pan-Americanos de 2007, observaremos mês a mês a execução orçamentária do conjunto de programas afins. O montante autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano foi de R\$ 409 milhões, sete vezes maior do que a média dos anos de 2003, 2004 e 2005.



pelo Poder Executivo e aprovado na Câmara, é que gera tais problemas.

“Não se pode gerenciar o que não se pode medir e não se pode medir o que não se pode descrever” (R. Kaplan e D. Norton). Infelizmente, o orçamento carioca é incapaz de oferecer ao cidadão um panorama do que é feito com o dinheiro público e nem de como ele é arrecadado. A regionalização dos dados, prevista na Lei Orgânica, é ignorada. Dúvidas do seguinte tipo:

- Quanto foi arrecadado de IPTU, no bairro de Copacabana, no ano passado?
- Quanto foi investido em obras no bairro de Santa Cruz?
- Os gastos educacionais geraram uma melhoria nos indicadores de qualidade de ensino?
- Mais verbas na Assistência Social significaram um aumento no atendimento à população de rua?
- Os valores destinados à prevenção da dengue são suficientes? E a mortalidade infantil?

Perguntas que qualquer cidadão interessado na sua cidade é capaz de formular não encontrará resposta nas peças orçamentárias, pois o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Prestação de Contas não se interagem de forma a integrar um processo contínuo de planejamento. Pior, o desavisado cidadão poderá encontrar informações no orçamento “prometido” e verificar, depois, que o executado foi outro totalmente distorcido através do indefectível remanejamento.

Entretanto, de forma surpreendente, foi lançada a página Rio Transparente (www.rio.rj.gov.br/riotransparente). Sem dúvida, um grande avanço na disponibilidade de informações municipais, porém, com os problemas apontados acima.

Com todas essas dificuldades e avanços, continuaremos na luta por um controle social mais efetivo sobre o dinheiro público.

O FPO, que utiliza há anos o Fincon para compilar dados e decodificá-los aos movimentos populares e demais atores da sociedade civil, acredita que o Sistema deve ser de amplo acesso e de fácil manuseio, a despeito do argumento do atual prefeito. Ele acredita que a abertura pública do Fincon viria a ferir e enfraquecer uma das principais funções dos vereadores, qual seja a de fiscalizar o Poder Executivo.

Em matéria publicada no jornal *O Dia*, de 24 de maio último, o título anuncia: “César promete vetar lei que abre contas da prefeitura”. A matéria diz respeito ao projeto de lei proposto pelo vereador Stepan Nercessian (PPS), que previa a criação do Portal da Transparência do Poder Executivo do Rio de Janeiro. Em um de seus artigos, o projeto determinava que o governo municipal disponibilizaria, em sua página na internet, espaço para dar publicidade às informações fundamentais relacionadas aos investimentos e gastos públicos, possibilitando o acompanhamento, pelo cidadão, da execução orçamentária do município do Rio.

Rio sem transparência

Uma das contribuições da CPI foi o de evidenciar que o sistema por si só não é o grande “culpado” pela dificuldade no acesso aos dados públicos. A própria forma em que o orçamento público municipal é concebido, ano-a-ano,

Jogos Pan-Americanos de 2007

ANOS	LOA	LIQUIDADADO
2003	52.000.000,00	26.238.923,76
2004	33.199.851,00	52.635.047,37
2005	85.912.170,00	78.848.005,74
2006	408.697.662,00	140.878.804,22
PROJEÇÃO	198.887.723,60	

Fonte: Prestação de Contas, LOA, FINCON de 13/09/2006.

Nos nove primeiros meses deste ano, até o último dia 13, a liquidação atingiu 34% do montante total autorizado, representando cerca de R\$ 140 milhões. Caso o ritmo se mantenha, o saldo liquidado projetado para o final deste ano é de pouco mais de R\$ 198 milhões, totalizando em 48% do total autorizado na LOA. Conforme a mídia tem noticiado, os problemas para realização deste grande evento têm sido muitos, e a baixa execução orçamentária poderá ser mais um deles.

Cabe destacar que várias intervenções objetivam a privatização de áreas públicas, através de concessões de até 50 anos!

CPI da transparência

Está em curso a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – que vai investigar a falta de transparência e a eficiência do Sistema de Acompanhamento Orçamentário da Prefeitura (Fincon). São membros desta Comissão os vereadores Rogério Bittar (PMDB/ Presidente), Andréa Gouvêa Vieira (PSDB/ Relatora), Theo Silva (PMDB), Jorge Mauro (PRTB) e Paulo Cerri (PFL).

O Fincon foi criado em 1990 pela Prefeitura, com o objetivo de oferecer um instrumento de gestão orçamentária e financeira moderna ao Poder Público, que permitisse segurança e transparência na prestação das contas do município. No entanto, os vereadores vêm encontrando dificuldades para coletar informações no sistema, o que foi apontado como fato determinado para a abertura da investigação.

Eleições têm chapa inscrita

■ Das 9h às 18h do próximo dia 27 de outubro, estarão sendo realizadas as eleições para o terceiro terço do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, Corecon-RJ. As urnas estarão à disposição dos votantes na própria sede da entidade, no 16º da avenida Rio Branco, 109, no Centro.

De acordo com edital, serão eleitos um Conselheiro Federal Efetivo e dois Delegados Eleitores, Efetivo e Suplente, da seguinte forma: três Conselheiros Efetivos e três Suplentes, com mandato de três anos (2007/2009); Presidente e Vice-Presidente para a gestão 2007, em regime de consulta a ser ratificada pelo Plenário do Corecon-RJ, um Conselheiro Federal Efetivo, com mandato de três anos (2007/2009), um Delegado Eleitor Efetivo e um Suplente ao Colégio Eleitoral do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

O edital estipula que será

permitido o voto por correspondência, conforme dispõe a Resolução Corecon-RJ nº 13/06, de 7 de agosto de 2006, devendo o economista enviar seu voto através de envelope padronizado, encaminhado previamente pelo Conselho. Somente serão aceitos os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos através dos envelopes padronizados, encaminhados à Caixa Postal do Corecon-RJ e recebidos antes do encerramento dos trabalhos de votação.

Chapa Renovação

Uma chapa se inscreveu para a eleição do dia 27 de outubro, quando o terceiro terço de conselheiros do Corecon-RJ será eleito. Intitulada Movimento de Renovação dos Economistas, a chapa é composta pelos seguintes membros:

Presidente

João Paulo de Almeida Magalhães

Vice-presidente

Paulo Sérgio Souto

Conselheiros Efetivos 3º Terço

Carlos Henrique Tibiriça Miranda
José Antonio Lutterbach Soares
Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiros Suplentes 3º Terço

Angela Maria de Lemos Gelli
Rogério da Silva Rocha
Sandra Maria Carvalho de Souza

Conselheiro Federal Efetivo

João Manoel Gonçalves Barbosa

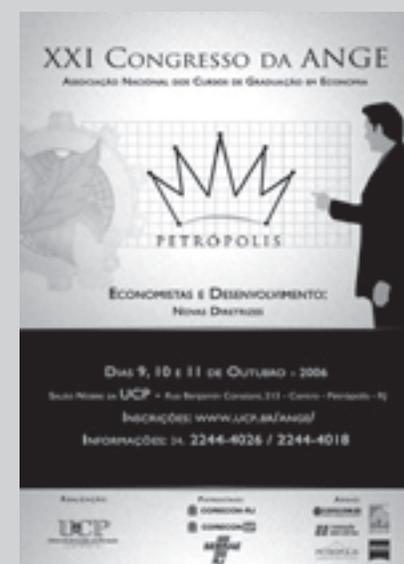
Delegado-eleitor Efetivo

José Antonio Lutterbach Soares

Delegado-eleitor Suplente

Wellington Leonardo da Silva

Congresso da Ange será em Petrópolis



O XXI Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange) será realizado, neste ano, na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), de 9 a 11 de outubro próximo. O tema do Congresso será "Economistas e desenvolvimento: novas diretrizes", com o patrocínio de diversas instituições e entidades, entre elas, o Corecon-RJ e o Cofecon. Maiores informações podem ser obtidas no portal na internet www.ucp.br/ange ou pelos telefones (24) 2244-4026/18.

Matemática Financeira Avançada (2 de outubro a 11 de dezembro, às segundas-feiras - de 18h45 às 21h30)

Aperfeiçoamento em Estatística (4 de outubro a 6 de dezembro, de 18h45 às 21h30, às quartas-feiras)

Teoria dos Jogos (9 de outubro a 18 de dezembro às segundas-feiras, de 18h45 às 21h30)

Mercosul com sotaque parceiro (11 de outubro a 8 de novembro, às quartas-feiras, de 18h45 às 21h30)

O modelo de desenvolvimento chinês

(30 de outubro a 19 de dezembro de 2006, às terças-feiras, de 18h45 às 21h30)

O mercado de planos de saúde: o problema vira solução?

(7 a 28 de novembro de 2006 - terças-feiras de 18h30 às 20h30)

Derivativos e Engenharia Financeira (de 9 de novembro a 7 de dezembro, quintas e sextas-feiras, de 18h30 às 22h)